

aquisição. Os estoques são valorizados pelos custos reais de produtos (produtos acabados e em processo) e custos médios de aquisição (demais itens), após dedução de impostos compensáveis. As provisões para perda de estoque de baixa rotatividade ou obsoletos, ou aquelas constituídas para ajustar ao valor de mercado, são contabilizadas quando consideradas necessárias pela administração. **f) Outros Ativos Circulantes e Não-Circulantes** – Os impostos a recuperar encontram-se demonstrados pelos seus respectivos valores de recuperação e estão compostos substancialmente por tributos federais. Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização. **g) Investimentos** – Os investimentos permanentes em empresas controladas, coligadas e ligadas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. **h) Imobilizado** – Os elementos do Ativo Imobilizado são reconhecidos por seu custo histórico, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, menos depreciação acumulada, exceto no caso de Terrenos, que não são depreciados. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas em função do prazo de vida útil estimado dos bens. Essa estimativa de vida útil se baseia nos níveis de produção reais realizados e considera os seguintes prazos: Edificações: 25 anos; Veículos e Equipamentos de Informática: 5 anos; Demais componentes do imobilizado: 10 anos. Os custos subsequentes ao do reconhecimento inicial são incorporados ao valor contábil do imobilizado ou reconhecidos como ativo separado somente se os benefícios econômicos associados a estes itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos. Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização têm sua recuperação testada sempre que há evidência objetiva de *impairment* como resultado de eventos de perda ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos, desde que os eventos tenham um efeito, estimável com confiabilidade, nos fluxos de caixa futuros. Tais ativos têm seu valor de recuperação revisado pela administração sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que seus valores contábeis não poderão ser recuperados. Em 31 de Dezembro de 2012 não existem elementos do imobilizado de valor significativo que não estejam sendo utilizados nas atividades operacionais, nem que tenham sofrido perdas por *impairment*. **i) Fornecedores** – São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo normalmente reconhecidas pelo valor da fatura correspondente e classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, e quando aplicável, essas obrigações são apresentadas como passivo não-circulante. **j) Empréstimos e Financiamentos** – Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos. Em seguida, são mensurados ao custo amortizado com base no método de taxa da taxa de juros efetiva. Os empréstimos e financiamentos estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária incorridos, sendo classificados no passivo circulante, exceto pelas parcelas que serão liquidadas após 12 meses da data de encerramento do exercício, que são demonstradas como passivo não-circulante. **k) Provisões para Contingências** – As provisões para contingências tributárias, trabalhistas e outras, se necessárias, são constituídas com base na expectativa de perda provável nas respectivas ações em andamento, manifestada pelos consultores jurídicos da Companhia. **l) Outros Passivos Circulantes e Não-Circulantes** – Outros passivos circulantes e não-circulantes são reconhecidos pelo valor justo acrescido, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridos, de conformidade com o regime de competência. **m) Imposto de Renda e Contribuição Social** – As despesas de imposto de renda e contribuição social compreendem somente a parcela corrente desses tributos. Os encargos de imposto de renda e contribuição social correntes são calculadas com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, e vigentes na data do encerramento do exercício. A Companhia é beneficiária de incentivo fiscal de isenção do imposto de renda sobre o lucro da exploração, sendo o valor apurado a título de redução de imposto a pagar reconhecido na demonstração do resultado do exercício e posteriormente destinado para conta de reserva de capital, sendo também ajustado na base de cálculo dos dividendos a distribuir. **n) Distribuição de Dividendos** – O Estatuto da Companhia e a legislação societária preveem que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual ajustado sejam distribuídos como dividendos. Em observância ao regime de competência, o valor dos dividendos a serem distribuídos aos acionistas é reconhecido como passivo circulante nas demonstrações financeiras. **NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA** – Na data do encerramento do exercício, os valores em caixa e equivalentes de caixa apresentavam a seguinte composição (valores em Reais):

DESCRIÇÃO	2012	2011	NOTA 05 – ESTOQUES – Na data do encerramento do exercício, os estoques apresentavam a seguinte composição (valores em Reais):			
Número em caixa	27.551	21.769	NOTA 06 – Na data do encerramento do exercício, os investimentos permanentes em controladas e empresas coligadas apresentavam a seguinte composição (valores em Reais):			
Dep. Banc. à vista	1.020.513	694.913				
Aplic. financeiras	31.132.869	21.209.419				
TOTAIS	32.180.933	21.926.101				
NOTA 07 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS – PASSIVO NÃO-CIRCULANTE – Na data do encerramento do exercício, os empréstimos e financiamentos exigíveis a longo prazo podiam ser assim resumidos (valores em Reais):			DESCRIÇÃO	EMP. PARAENSE DE ADM E PART. LTDA	AGROBRAGAN TINA S/A	INPAC LTDA
			Valor do investimento em 31/12/2011	2.534.906	2.380	14.513
			Patrim. Líquido em 31/12/2012	2.721.817	30.675	58.050
			Percentual de participação	99,99%	7,46%	25,00%
			Invest. ajustado em 31/12/2012	2.721.545	2.288	14.513
			Result. da equiv. patrim.	186.639	(92)	-
INSTITUIÇÃO	NATUREZA	ENCARGOS FINANCEIROS		VENC. FINAL	VALOR	
Banco do Brasil S/A	Investimento	Juros variáveis de 2,65% a 8,70% ao ano, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP.		06/2021	11.472.445	
Banco da Amazônia S/A - BASA	Investimento e Cap. de Giro	Juros de até 12% ao ano, com rebate de 15% no pagamento.		10/2018	8.650.154	
Banco do Estado do Ceará S/A - BEC	Financiamento de ICMS	Sem incidência de encargos financeiros, com redução de 75% na data do efetivo pagamento.		12/2014	4.668.098	
Banco Mercedes Benz S/A	Investimento	Juros variáveis de 7% a 12,70% ao ano.		07/2015	57.069	
Banco Safra S/A	Investimento	Juros de 5,40% ao ano.		09/2015	28.263	
Banco Volkswagen S/A	Investimento	Juros de 10% ao ano.		06/2016	64.389	

ANTONIO GEORGES FARAH – PRESIDENTE IVO CUNHA FIGUEREDO – CT CRC MG 067.035/0-S-PA

TOTAL GERAL 24.940.418 debêntures tem prazo de carência de dois anos e de vencimento de cinco anos, excluído o período de carência, pagáveis em 10 (dez) parcelas semestrais, no período de 22/12/2010 a 22/06/2015. As debêntures são garantidas por fiança comercial pelo acionista controlador, além de máquinas e equipamentos de propriedade da Companhia. **NOTA 09 – CAPITAL SOCIAL** – A posição do Capital da Companhia em 31 de Dezembro pode ser resumida como segue (valores em Reais):

DESCRIÇÃO	2012	2011	
Capital Autorizado	60.000.000	50.069.000	O Capital Social é representado por 49.457.512 ações ordinárias (49.457.512 em 2011) e 143.049.490 ações preferenciais (143.049.490 em 2011), sem valor nominal. As ações preferenciais são oriundas de incentivos fiscais da SUDAM/FINAM. As ações preferenciais é priorizado o direito a um dividendo de 25% dos lucros de cada exercício. O mesmo direito, sem prioridade, é dado às ações ordinárias, que possuem direito exclusivo de voto nas deliberações da Assembleia Geral. A Assembleia Geral Ordinária realizada em 25 e Abril de 2012 deliberou pelo aumento do Capital Social de R\$44.622.615 para R\$48.929.595 , mediante a
Capital Subscrito	48.929.595	44.622.615	
Capital Integralizado	48.929.595	44.622.615	
Menos: Cap. a Subsc.	(11.070.405)	(5.446.385)	

capitalização da reserva oriunda dos incentivos fiscais referentes à isenção do imposto de renda sobre o lucro da exploração, acumulados nos exercícios de 2009, 2010 e 2011, no montante global de **R\$4.306.980**. Não houve emissão de novas ações em decorrência do aumento de capital social realizado. **NOTA 10 – DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO** – Por proposta do Conselho de Administração os dividendos a serem distribuídos aos acionistas foram provisionados em montante equivalente a 30% do lucro líquido ajustado. Também por proposição do Conselho de Administração não foi efetuada a apropriação, equivalente a 12% do lucro líquido do exercício, para a reserva estatutária de capital social denominada Fundo para Resgate de Ações Preferenciais, visto que o saldo atual da citada reserva, constituída em exercícios anteriores, já possui saldo em montante suficiente para os fins previstos nos Estatutos Sociais. **NOTA 11 – LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO** – O lucro por ação é computado pela razão do lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada das ações em circulação no mesmo exercício. No ano de 2012, não houve emissão de novas ações para circulação aos acionistas. Era o que nos cumpria apresentar em adendo às demonstrações contábeis ora encerradas, para sua melhor compreensão e entendimento. Belém (PA), 31 de Dezembro de 2012. **ANTONIO GEORGES FARAH – Presidente - IVO CUNHA FIGUEREDO – CT CRC MG 067.035/0-S-PA. RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS** – Examinamos as demonstrações financeiras da FACEPA – FÁBRICA DE PAPEL DA AMAZÔNIA S/A, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de Dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras** – A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes** – Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis da empresa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da empresa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião** – Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da FACEPA – FÁBRICA DE PAPEL DA AMAZÔNIA S/A, em 31 de Dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000). Belém-PA, 28 de Março de 2013. **ACCOUNT – AUDITORES INDEPENDENTES S/S – CRC GO 000919/06. JOSÉ PAES JÚNIOR – CONTADOR – CRC MG 39942/0-T-GO.**